

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Na forma das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação e deliberação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis-financeiras da Companhia, preparadas em acordo com a legislação pertinente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

O panorama econômico externo em 2014 foi marcado pela retomada do crescimento da atividade dos Estados Unidos e, em contrapartida, pela redução do crescimento da China, nosso principal parceiro econômico, além de fraca atividade na Europa e no Japão.

Esse cenário refletiu na economia brasileira de forma negativa, especialmente na demanda e no preço de algumas de nossas commodities, como soja e minério de ferro. Como consequência desta situação as contas externas do Brasil registraram déficit da ordem de US\$ 90,9 bilhões no ano, com forte redução no item de exportação.

Vários fatores conjugados contribuíram para a desaceleração verificada na economia brasileira em 2014, tais como: a copa do mundo, o clima eleitoral, a forte resistência da taxa inflacionária, a elevação da taxa básica de juros (SELIC) e da taxa cambial, depreciando o real, e ainda o episódio envolvendo a Petrobrás, conhecido como a Operação Lava Jato. Esse conjunto de fatores abalou o ânimo do investidor brasileiro e afetou negativamente a atração de recursos externos.

A projeção de crescimento da economia do Brasil sofreu constante redução ao longo de 2014, com o PIB indicando uma evolução de apenas 0,10% no ano, contra um crescimento de 2,28% em 2013.

A inflação, medida pelo IPCA, mostrou-se resistente no exercício de 2014, devendo situar-se em torno de 6,38%, contra 5,91% em 2013, ultrapassando em 41,77% a meta governamental de 4,50%.

A taxa básica de juros (SELIC), que em 31.12.2013 situava-se em 10,00%, evoluiu para 11,75% em 31.12.2014, refletindo uma elevação de 17,50% no ano. As estimativas do mercado apontam para novas altas a curto prazo.

O desempenho medíocre do mercado de capitais refletiu o desfavorável comportamento da economia. O índice BOVESPA, situado em 51.507 pontos em 31.12.2013 evoluiu para 50.007 pontos em 31.12.2014, correspondendo a uma queda de 2,91% no ano. O número de empresas que fecharam o capital superou o de companhias que abriram seu capital, revelando perda de atratividade da Bolsa de Valores.

Entretanto, cabe registrar decisões tomadas em 2014, cujo conteúdo tende a contribuir para um melhor desempenho do mercado de capitais, destacando-se: a) alterações na Instrução CVM nº 476, ampliando as possibilidades para que as empresas acessem mais facilmente ao mercado de ações; b) a sinalização pela nova equipe econômica de uma menor atuação do BNDES no suprimento de recursos às empresas, o que fortalecerá o mercado de capitais e a renda fixa em 2015, que passarão a se constituir em importantes fontes de captação para as companhias.

Os volumes de emissões para oferta pública registrados na CVM refletiram a apatia do mercado de capitais em 2014. O montante de registros de ações alcançou apenas R\$ 15,4 bilhões e o de debêntures somou R\$ 3,7 bilhões, totalizando R\$ 19,1 bilhões, o menor volume dos últimos 10 anos.

Durante o exercício de 2014 a Companhia não realizou nenhuma nova operação, em especial face ao péssimo desempenho do mercado.

O desempenho da CADIP no exercício refletiu a situação de ausência de operações no período, estando a atividade da Companhia restrita à sua manutenção.

Os saldos das contas patrimoniais em 31.12.2014 indicam alterações irrelevantes em relação às posições de 31.12.2013, tanto no Ativo quanto no Passivo.

A Demonstração do Resultado indica um resultado negativo de R\$ 262,2 mil no exercício, contra um prejuízo de R\$ 104,0 mil em 2013. Enquanto as Receitas evoluíram de R\$ 72,2 mil em 2013 para R\$ 85,3 mil em 2014, as despesas cresceram de R\$ 176,0 mil em 2013 para R\$ 347,5 mil em 2014. O incremento das despesas originou-se de honorários pela prestação de serviços de avaliação de ativos como suporte gerencial para a Companhia.

A liquidez financeira da CADIP continua extremamente confortável, seja para as exigibilidades de curto ou de longo prazo.

A Companhia vem efetuando e registrando a atualização dos valores referentes às provisões para riscos fiscais.

Os Auditores Independentes contratados pela CADIP prestam unicamente serviços de auditoria contábil independente.

Declaração da Diretoria: na forma do disposto no Art. 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, bem como concorda com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes sobre as referidas Demonstrações.

Agradecemos o apoio recebido da Administração Pública do Estado, em especial da Secretaria da Fazenda, a confiança dos Senhores Acionistas e o empenho do Conselho Fiscal, que muito contribuíram para o bom desempenho das atividades da Companhia no decorrer do exercício de 2014.

A Administração.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro					
Em milhares de reais					
Ativo	2014	2013	Passivo	2014	2013
Circulante			Não circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	22.673	21.990	Provisão para riscos fiscais (Nota 9)	370	347
Tributos a recuperar (Nota 5)	-	940			
	<u>22.673</u>	<u>22.930</u>			
			Patrimônio líquido (Nota 7)		
Não circulante			Capital social	10.200	10.200
Tributos diferidos (Nota 3)	126	118	Reservas de lucros	12.339	12.601
Depósitos judiciais	110	100		<u>22.539</u>	<u>22.801</u>
	<u>236</u>	<u>218</u>			
Total do ativo	<u>22.909</u>	<u>23.148</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>22.909</u>	<u>23.148</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente			
Exercícios findos em 31 de Dezembro			
Em milhares de reais			
	2014	2013	
Prejuízo líquido do exercício	(262)	(104)	
Atribuível a:			
Controladores	(261)	(103)	
Não Controladores	(1)	(1)	
Outros componentes do resultado abrangente	0	0	
Resultado abrangente do período	(262)	(104)	
Atribuível a:			
Controladores	(261)	(103)	
Não Controladores	(1)	(1)	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado		
Exercícios findos em 31 de Dezembro		
Em milhares de reais, exceto quando indicado		
	2014	2013
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas (Nota 10)	(324)	(159)
Provisão para riscos fiscais (Nota 9)	(23)	(17)
Prejuízo operacional	(347)	(176)
Receitas financeiras	77	66
Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda	(270)	(110)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 3)	8	6
Prejuízo líquido do exercício	(262)	(104)
Prejuízo líquido por ação ordinária - básico e diluído - R\$	(0,00385)	(0,00153)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto			
Exercícios findos em 31 de Dezembro			
Em milhares de reais			
	2014	2013	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	(270)	(104)	
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	(6)	
Provisão para riscos fiscais	23	17	
	(247)	(93)	
Varições de ativos e passivos operacionais			
Redução (Aumento) em créditos a receber	940	(60)	
Redução (Aumento) em depósitos judiciais	(10)	(58)	
	930	(118)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	683	(211)	
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	683	(211)	
Demonstração da variação no caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	22.673	21.990	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.990	22.201	
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	683	(211)	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado			
Exercícios findos em 31 de Dezembro			
Em milhares de reais			
	2014	2013	
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	77	66	
Valor adicionado a distribuir	77	66	
Distribuição do valor adicionado			
Serviços de terceiros, impostos taxas e emolumentos	316	153	
Provisão para riscos fiscais	23	17	
Prejuízos absorvidos	(262)	(104)	
Valor adicionado distribuído	77	66	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
Em milhares de reais					
	Capital social	Reservas de Lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Retenção de lucros		
Em 1º de janeiro de 2013	10.200	2.040	10.665		22.905
Prejuízo líquido do exercício				(104)	(104)
Reversão reserva de dividendos					
Destinação do resultado			(104)	104	
Em 31 de dezembro de 2013	10.200	2.040	10.561		22.801
Prejuízo líquido do exercício				(262)	(262)
Destinação do resultado			(262)	262	
Em 31 de dezembro de 2014	<u>10.200</u>	<u>2.040</u>	<u>10.299</u>		<u>22.539</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013	
Em milhares de reais	
1. Informações gerais	
A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP é uma sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre - RS. A Companhia tem como objetivo implementar ações que visem contribuir na administração da dívida pública do Estado, podendo, para tanto, emitir e colocar, no mercado, obrigações e adquirir, alienar e dar em garantia: ativos, créditos, precatórios, títulos e valores mobiliários.	
As demonstrações contábeis foram liberadas pela Diretoria para exame da auditoria em 2 de janeiro de 2015.	
2. Resumo das principais políticas contábeis	
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

Em milhares de reais

**Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Contábeis**

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Administração informa que a Companhia não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como instrumento financeiro derivativo ou operações de hedge, na forma do disposto na Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008.

Os instrumentos financeiros destinados a alcançar o objeto social da Companhia estão representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa e por créditos a receber. Em função das suas características, a Administração da Companhia entende que os valores contábeis situam-se em níveis líquidos de mercado.

2.4. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, com a probabilidade de que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da mesma possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo em separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.5. Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança e é provável que recursos financeiros futuros possam fluir para a Companhia, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2014, base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 22.183 (2013 - R\$ 21.936), e prejuízos fiscais, no montante de R\$ 21.183 (2013 - R\$ 21.936), sem prazo de prescrição, cujos créditos tributários, conservadoramente, não foram contabilizados, no montante de R\$ 7.542 (2013 - R\$ 7.458), uma vez que serão utilizados na proporção da geração futura de lucros tributáveis. A Companhia contabilizou créditos tributários decorrentes de adições temporárias compensáveis com lucros tributários futuros, no montante de R\$ 126 (2013 - R\$ 118). Neste exercício social, atendendo pleito da Companhia, a Receita Federal do Brasil restituiu créditos tributários oriundos de Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Bancos - conta movimento	188	105
Aplicações financeiras	<u>22.485</u>	<u>21.885</u>
	<u>22.673</u>	<u>21.990</u>

As aplicações financeiras referem-se a recursos disponibilizados ao Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC, cuja remuneração tem, a partir de 1º de janeiro de 2005, o tratamento previsto no art. 1º do Decreto Estadual nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.

5. Tributos a recuperar

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contribuição social a compensar	0	196
Imposto de renda a compensar	<u>0</u>	<u>744</u>
	<u>0</u>	<u>940</u>

6. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, as transações com partes relacionadas estão representadas pelas aplicações financeiras, descritas na Nota 4.

7. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o capital social subscrito e integralizado, totalizando R\$ 10.200, é representado por 68.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 20 do Estatuto Social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o saldo acumulado remanescente dos lucros líquidos dos exercícios, após as destinações legais e estatutárias.

(c) Apropriação do lucro líquido do exercício

De acordo com o estatuto da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, terá as seguintes destinações:

- (i) 5% para constituição da Reserva legal, limitado a 20% do capital social; e
- (ii) 25% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório.

8. Remuneração dos administradores

Na forma do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600/95, de 26 de dezembro de 1995, e atendendo ao estabelecido pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, os Conselheiros e Diretores da Companhia são remunerados, simbolicamente, com a importância de R\$ 1,00 (um real), por reunião e por mês, respectivamente, uma vez que os trabalhos por eles desenvolvidos são considerados, por Lei, como de serviço público relevante.

9. Provisão para riscos fiscais

A Administração da Companhia tomou a decisão, conservadoramente, de constituir provisão para perda de processos administrativos perante a Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre - RS, referente à Manifestação de Inconformidade em relação à compensação de créditos tributários, no valor de R\$ 260, em 31 de dezembro de 2014, (2013 - R\$ 247) e, frente à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, referente ao questionamento quanto à aplicação de multa cominatória pelo atraso de envio de documentos, no montante de R\$ 110, em 31 de dezembro de 2014, (2013 - R\$ 100). A Justiça Federal decidiu favoravelmente, em 1ª Instância, referentemente a parte da demanda.

10. Despesas gerais e administrativas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia possuía registradas as seguintes despesas administrativas:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Serviços de terceiros	185	108
Impostos taxas e emolumentos	87	11
Publicações	<u>52</u>	<u>40</u>
	<u>324</u>	<u>159</u>

Leonildo Migon

Presidente

Carlos Eduardo Provenzano

Diretor de Relações com Investidores

Olavo Cesar Dias Medeiros

Diretor Técnico

Paulo Cesar Santana Nunes

Contador

CRCRS 034346/0-4

CPF 139.198.490-00

Manifestação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, a Demonstração de Resultados Abrangentes e demais documentos da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e tendo presente ainda o teor do Relatório dos Auditores Independentes, manifesta-se pela aprovação das referidas matérias, sem ressalvas, e pelo encaminhamento das mesmas para apreciação e deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Senhores Acionistas.

Luis Antônio Medina Gomez

Túlio Luiz Zamin

João Emílio Gazzana

Flávio Pompermayer

Felipe Rodrigues da Silva

Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP, nos termos da lei e dos estatutos sociais, examinamos o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2014, bem como a justificativa da não distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2014 e da não elaboração de orçamento de capital para o exercício social de 2015, tendo presente ainda o Relatório dos Auditores Independentes, entendemos, por unanimidade, que as referidas matérias estão em condições de serem aprovadas pelos Senhores Acionistas.

Fernando Rodrigues

Conselheiro

Iria Salton Rotunno

Conselheira

Cristiane Costa da Rosa

Conselheira

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
Porto Alegre/RS

Examinamos as demonstrações contábeis da **Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 preparadas sob a responsabilidade da administração da companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores que emitiram o relatório em 17 de janeiro de 2014, sem modificação.

Porto Alegre, RS, 12 de janeiro de 2015.



EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1544

Daniel Eduardo Rodrigues
Contador CRC/RS 30.361